

Entrevista

Helton Machado Adverse

Temporal: Na entrevista de julho de 2013¹, o então coordenador geral do SciELO – Scientific Electronic Library Online, professor Rogério Meneghini, trouxe à baila o famoso caso do físico Alan Sokal, de 1996. Para lembrar, o físico enviou um artigo à revista Social Text que, depois de aceito, foi revelado pelo autor como sendo uma impostura. Na citada entrevista, o caso foi tomado como forma de mostrar a fragilidade objetiva dos critérios na área de ciências humanas. Como o senhor interpretaria esse problema – o da legitimidade na nossa área – diante de padrões que geralmente parecem ser pensados para outras formas de ciência?

O famoso caso Sokal constituiu, na verdade, em uma ótima oportunidade para demonstrar as profundas diferenças entre os critérios e formas de avaliação das diversas áreas do conhecimento. Mas de modo algum ele colocou realmente em questão o *status* epistêmico das chamadas ciências humanas, a não ser que nos contentemos com uma visão extremamente simplificada. Isso significa que a área de humanidades não deve, em absoluto, sentir-se obrigada a adotar os mesmos padrões

epistêmicos das “ciências duras”, quer dizer, não é esta a condição para que ela possa justificar sua presença no domínio das ciências. Mas vale observar que a consciência dessas diferenças tem se consolidado nas últimas décadas. O debate contemporâneo, parece-me, segue em outra direção: o “*quanti*” versus o “*qualis*”, isto é, a capacidade de tradução da realidade da pesquisa em padrões claramente objetivos. Isso se desdobra da seguinte maneira: por um lado, coloca-se a conhecida oposição entre quantidade e qualidade, sempre sob a ameaça (que assombra a todas as áreas) de ver o critério da qualidade ser subjugado pelo da quantidade, o que produz uma forte distorção no campo da pesquisa; por outro lado, se coloca a pergunta sobre a possibilidade de aferição objetiva da qualidade da pesquisa. São dois aspectos, portanto, do problema: o primeiro poderia ser chamado (muito livremente) de aspecto “político”, pois a quantidade é mobilizada como um instrumento de diferenciação; o segundo aspecto é propriamente “epistêmico”, pois se resume na questão da possibilidade de tradução da qualidade em padrões indiscutivelmente objetivos e universais. De meu ponto de vista, é nesse patamar que se encontra a discussão sobre objetividade nas ciências humanas e não mais em torno do debate sobre o estatuto de sua cientificidade.

Temporal: Ainda nessa questão formal, desde os fins do século XIX², as comunidades científicas têm aperfeiçoado a seleção do que é importante e relevante a partir do consenso e do dissenso controlado, notadamente pelo trabalho dos pareceristas anônimos. Como o senhor vê essa comunidade que se autorregula pelos seus próprios membros, no caso das ciências humanas e da

¹ <http://blog.scielo.org/blog/2013/07/15/entrevista-rogerio-meneghini/#.Wm8M4JM-fR1>

² <http://blog.scielo.org/blog/2017/01/10/aumenta-a-adocao-de-avaliacao-por-pares-aberta/#.Wm8jv5M-fR0>

filosofia? Quais as nossas especificidades? Quais os problemas, principalmente no Brasil?

O desenvolvimento dos procedimentos internos de avaliação é uma incumbência de toda comunidade científica. Certamente, cabe aperfeiçoar esses meios, mas a avaliação *inter pares* é algo do qual não se pode abrir mão. No caso das ciências humanas, incluindo a filosofia, é imprescindível não perder de vista o grau mais elevado de diferenças dentro da própria área. Por exemplo, as diferentes tradições filosóficas (dialética, analítica, hermenêutica etc), assim como as diversas áreas de pesquisa, detêm suas próprias noções de objetividade.

A respeito da situação brasileira, não identifico, nesse quesito, nenhuma peculiaridade. Com efeito, ao menos no que concerne aos periódicos, a avaliação por pareceristas anônimos está disseminada, tendo sido adotada, nas últimas décadas, pelas revistas melhor qualificadas.

Temporal: As grandes revistas históricas da nossa área, tais como a revista do Instituto de Pesquisa Social, Les Temps Modernes, ou mesmo, para abrir o leque, a revista Erkenntnis, todas elas possuíam uma clara posição no espectro da filosofia. Eram revistas, por assim dizer, comprometidas com um determinado pensamento, posicionadas no tecido complexo da comunidade. Claro, mal comparando, mas atualmente, pelo menos na nossa pós-graduação, excetuando-se as revistas temáticas geralmente dedicadas a um período ou a um autor, o que vemos são periódicos mais generalistas, que funcionam como uma espécie de portal neutro intermediário entre pareceristas e autores. Ou seja, a revista não tem exatamente uma posição, ela procura avaliadores conforme a orientação metodológica do autor. Se estamos corretos nesse diagnóstico geral, qual seria ainda o papel de uma revista, e de seu corpo editorial, ou dos editores?

Os editores e os conselhos editoriais são peças fundamentais na editoração de uma revista, o que pode ser entendido da seguinte maneira: cabe a eles assegurar a identidade editorial do periódico, o que não deve ser confundido com seu posicionamento político. O que está em jogo é somente a qualidade dos artigos publicados (cabe aos editores, consultados os pareceristas), mas determinar quais efetivamente estão adequados ao escopo e projeto editorial. Mais precisamente, o que quero dizer é que a revista não é uma mera plataforma de recepção dos artigos: ela é um projeto. Sendo assim, a publicação de um artigo é sempre uma decisão editorial.

Temporal: Nos últimos anos vem crescendo a ideia de preprint³, ou, seja, a pré divulgação do manuscrito original antes da avaliação por pares. E mesmo a ideia a de se tornar público todo o trabalho de bastidor, expondo os pareceres anteriores ao texto publicado, incluindo a identidade dos pareceristas. Como o senhor vê essas possibilidades em nossa área?

A ideia do *preprint* deve ser analisada com cautela. Tenho sérias dúvidas se, de fato, a divulgação de um trabalho ainda não devidamente avaliado pode resultar em benefícios verdadeiros. A ideia está ganhando corpo, e entendo perfeitamente as razões para isso. Afinal de contas, é um meio de diminuir o tempo entre a elaboração de um artigo e sua colocação à disposição da comunidade acadêmica, o que pode terminar também por diminuir a pressão sobre os periódicos. Além disso, ele amplia o número de possíveis comentadores do trabalho em pauta, o que pode significar uma contribuição para seu aprimoramento. Mas, parece-me, há uma série de inconvenientes (embora tenha de esclarecer que não tenho elementos para fazer uma análise precisa): em primeiro

³http://agencia.fapesp.br/scielo_anuncia_adocao_de_ipreprint_i_em_2018/26896/



lugar, o *preprint* corre o risco de saturar o universo de publicações, o que resulta na diminuição de sua “legibilidade”; em segundo lugar, soa contraproducente a publicação de textos ainda imaturos ou incipientes, pois sua recepção pode produzir efeito inibidor; em terceiro lugar, a ideia parece ferir o princípio da avaliação por pares, visto que, no final das contas, a divulgação é uma publicação e, por conseguinte, perdemos assim a capacidade de triar e selecionar o que deve ser trazido a público.

Convém observar que a avaliação por pares às cegas é, em minha opinião, um procedimento obrigatório para assegurar o bom nível das publicações acadêmicas. Sua supressão, ou a avaliação às claras, comprometeria todo o processo editorial, afetando sua objetividade. A exposição dos pareceristas apenas reforçaria a influência de elementos não acadêmicos sobre a avaliação.

Temporal: Nesse mesmo caso do preprint, alguns defendem que o artigo ainda em fase de rascunho [draft] seja aberto ao escrutínio da comunidade. Esse tipo de hiperpublicidade não leva ao risco de que todo texto seja devolvido a um horizonte de expectativas comuns, cerceando os pequenos elementos divergentes e diferenciais? Por exemplo, tudo conflua para o domínio do modelo paper, em detrimento de outras formas de exposição?

Provavelmente, sim. Nesse caso, quanto maior visibilidade maior o controle externo sobre o autor, o que termina por restringir tanto a liberdade investigativa quanto a forma de divulgação da pesquisa.

Temporal: Em 2005, o bibliotecário e professor norte-americano Jeffrey Beall chamou o SciELO

de “favela virtual”⁴, defendendo claramente que os periódicos devem ser profissionais e fechados, ou seja, ser produzidos por grandes casasadoras que respondam por eles. Sem entrar na longa polêmica que se seguiu ao texto, como o senhor vê essa questão entre, por um lado, o livre acesso (e o possível “lixo virtual”) e, por outro, a gerência das grandes casasadoras internacionais?

O livre acesso aos trabalhos científicos deve ser visto como uma conquista. Qualquer forma de restrição parece-me no fundo motivada por interesses distintos daqueles que orientam a comunidade científica. Cabe ao leitor desenvolver a capacidade de triar aquilo que deve ou não ser lido, mas não convém impedir que essa escolha seja feita, como ocorre quando o acesso é limitado. Mas é importante lembrar que o acesso livre não pode ser garantido sem políticas públicas. Pela mesma lógica, o acesso restrito corresponde aos projetos políticos educacionais dos países que o adotam. Em um país como o Brasil, é extremamente importante o acesso gratuito, o que também produz efeitos benéficos para a consolidação de nossa comunidade acadêmica.

Temporal: A questão da internacionalização, que aparece indiretamente no caso citado acima, atualmente é um ponto de muita discussão. Para nossa área, traduzir um paper para o inglês não é uma alternativa tão simples, pois o texto em si muitas vezes é a própria pesquisa. Como a filosofia pode lidar com essa demanda, sem cair naquela padronização do modelo paper facilmente traduzível, importado de outras áreas?

No campo da filosofia, é fácil constatar o crescimento acelerado dos artigos em língua inglesa, no Brasil e nos demais países de

⁴ Vale lembrar que, segundo dados de 24 de janeiro de 2018 divulgados pela Fapesp, o Brasil é atualmente o país com maior índice de produção em acesso livre, 74%, graças ao portal SciELO. Cf: http://agencia.fapesp.br/brasil_e_o_pais_com_mais_publicacao_cientifica_em_acesso_aberto/27034/

cultura filosófica mais consolidada. Esse processo é compreensível em um contexto no qual o inglês tornou-se a nova língua franca. No entanto, duas considerações me parecem necessárias: em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção para a diferença entre publicar um *paper* em inglês e estar de fato inserido em uma comunidade acadêmica internacional; em segundo lugar, não há comunidade filosófica verdadeiramente consolidada que abra mão de sua língua.

Temporal: Por fim, saindo um pouco do âmbito mais técnico das publicações, atualmente é comum se colocar em questão a legitimidade de um texto ou periódico, tendo em vista serem eles um valor de quantificação – pontos no currículo lattes, pontos para a carreira, para bolsas, Qualis etc. Daí, por exemplo, a crítica crescente a um expediente comum à história da filosofia, atualmente chamado de autoplágio. Como o senhor vê essa transformação da produção cultural em valor de troca?

Escolher a quantificação como critério hegemônico para avaliação de carreiras e

cursos acadêmicos resulta em graves distorções. Uma delas é forçar os pesquisadores a publicar seus trabalhos sem a devida maturação ou então repetirem a si mesmos. Não podemos fechar os olhos para a necessidade de alguma quantificação, especialmente quando está em jogo a distribuição de recursos públicos, porém é particularmente preocupante o fato de uma comunidade científica não ser capaz de equilibrar exigências dessa natureza com aquelas propriamente acadêmicas. É preocupante também o fato dessa comunidade mostrar pouca resistência ao impulso quantificador, integrando-o em sua própria dinâmica interna.

* **Helton Machado Adverse** é doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor na mesma instituição. Dedicou-se à filosofia política do Renascimento e, mais recentemente, a autores modernos e contemporâneos como Thomas Hobbes, Jena Jacques Rousseau, Michel Foucault e Hannah Arendt. Faz parte do corpo editorial da Revista *Kriterion* desde 2016.